

Anteprojeto de Cabral propõe parlamentarismo

BRASÍLIA — O Relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), incluiu no projeto de Constituição que está preparando a emenda do Presidente da Comissão, Senador Afonso Arinos (PFL-RJ), que propõe a adoção do sistema parlamentarista no Brasil. Segundo o próprio Afonso Arinos, a emenda sofreu apenas algumas alterações na sua forma.

A decisão sobre o sistema de governo foi tomada no noite de segunda-feira.

— Todo o desenvolvimento do projeto que está sendo elaborado é parlamentarista — afirmou Arinos.

Pela fórmula, a Chefia do Governo caberá ao Primeiro-Ministro, que será nomeado pelo Presidente da República, após consulta aos partidos que compõem a maioria no Congresso Nacional. Ao Presidente da República caberá a Chefia do Estado.

Arinos rebateu as afirmações de que será entregue a um Deputado a Chefia do Governo e não é um Pre-

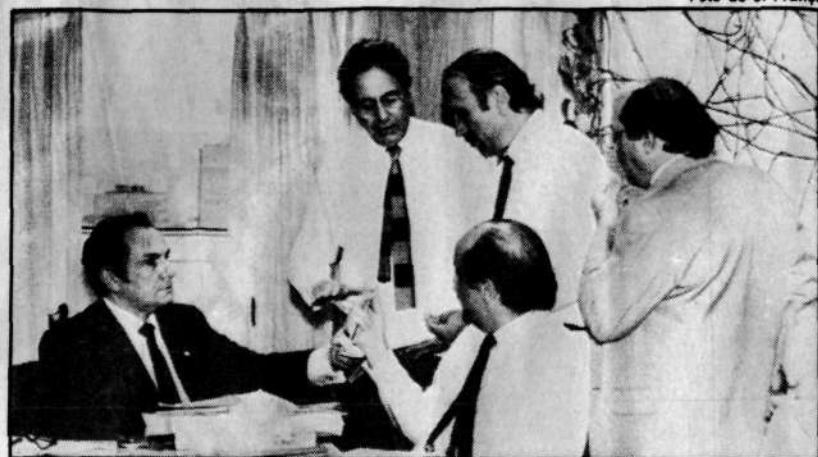


Foto de J. França

Bernardo Cabral discute a emenda com outros integrantes da Comissão

sidente eleito com cerca de 40 milhões de votos.

— Não é isso. Esse Deputado, que será nomeado Primeiro-Ministro, não é quem vai fazer o Governo. É a maioria na Câmara. E a maioria tem

40, 50 milhões de votos — afirmou.

Na Chefia do Estado, o Presidente da República comandaria as Forças Armadas, aplicaria, quando necessário, medidas de defesa do Estado e exerceria influência na política ex-

terna. O Primeiro-Ministro cuidaria das demais tarefas.

Segundo a proposta de Arinos, cabe ao Primeiro-Ministro indicar os demais Ministros de Estado, inclusive os militares. O Ministério será aprovado pela Câmara dos Deputados, com o voto da maioria simples. A moção de censura deve ser apresentada por no mínimo 2/5 dos membros da Câmara, aprovado pelo voto da maioria de seus membros.

— A gente facilita muito mais a formação de um Governo do que sua dissolução — explicou.

Arinos defende a vigência de parlamentarismo logo após a aprovação pela Constituinte — se vier a ser aprovado.

— Para o Presidente da República, essa será uma grande oportunidade de transitar para um novo regime — afirmou.

Arinos disse, porém, que o parlamentarismo vai depender, entre outras coisas, do mandato do Presidente. Admitiu, portanto, a possibilidade de se estabelecer um período de

transição entre a aprovação do sistema pela Constituinte e sua implantação.

O Relator-Adjunto da Comissão, Senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), disse que o trabalho está sendo feito “com muito empenho e harmonia, num clima de absoluta participação, inclusive de outros partidos”. Para Arinos, otimista com a elaboração do projeto, o trabalho é uma acomodação de posições divergentes.

— Se parece muito com o que está acontecendo no Brasil hoje — afirmou.

O Presidente do PFL, Senador Marco Maciel (PE), tentou ontem, sem sucesso, convencer o Relator Bernardo Cabral a desistir de propor a adoção do sistema parlamentarista no novo anteprojeto de Constituição. Cabral alegou que, se incluísse uma proposta presidencialista, seria derubada na votação em plenário.

Convicto defensor do presidencialismo, Maciel receia principalmente

a adoção de uma fórmula mista de parlamentarismo. Hoje ele reúne os Líderes do PFL na Câmara, José Lourenço, e no Senado, Carlos Chiarelli, para tentar fixar as posições do partido em relação ao anteprojeto. Maciel deseja que os pontos mais polêmicos da Constituinte, como a duração do mandato presidencial e o sistema de Governo, sejam objeto de acordo entre as lideranças.

Desde a época em que ocupava a Chefia do Gabinete Civil, Maciel, assim como o Presidente do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, tem defendido a manutenção do presidencialismo, fórmula desejada também pelo Presidente Sarney. Embora a cúpula do PFL seja presidencialista, a primeira proposta parlamentarista na Constituinte surgiu na Subcomissão do Poder Legislativo, no parecer do Relator José Jorge, Deputado pelo PFL de Pernambuco, que acompanha a posição defendida pela ala “progressista” do PMDB.

PMDB define sua posição sobre 15 dos temas mais controvertidos do substitutivo

BRASÍLIA — Dois dias antes da entrega da proposta do anteprojeto do Relator Bernardo Cabral às lideranças partidárias na Constituinte, os Relatores-Adjuntos do PMDB definiram posição sobre 15 pontos, entre as questões mais controvertidas, que serão incluídas no substitutivo a ser apresentado domingo à Comissão de Sistematização. A proposta de Reforma Agrária, a ser também incorporada, será definida hoje, em nova reunião dos relatores do PMDB.

São as seguintes as matérias já definidas:

ORDEM SOCIAL — A questão da estabilidade no emprego foi decidida pelo aproveitamento da sugestão do Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto. A proposta prevê indenização progressiva, de acordo com o tempo de trabalho, aos trabalhadores demitidos sem justa causa. A jornada de trabalho será definida por lei ordinária.

SISTEMA DE GOVERNO — O substitutivo vai incorporar a emenda Arinos que propõe um sistema parlamentarista clássico, aos moldes do espanhol, com cinco anos de mandato.

ORDEM ECONOMICA — O conceito de empresa nacional será mantido como foi proposta pelo “Hércules”, bastante abrangente. Mas serão

tratamento das empresas de capital estrangeiro. A intervenção do Estado na Economia também mantém a proposta do Grupo dos 32. Só serão permitidas “quando necessárias para atender aos imperativos de Segurança Nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei”.

SISTEMA TRIBUTÁRIO — Neste capítulo, ficaram definidos os seguintes pontos: o fim do privilégio de isenção do pagamento do Imposto de Renda sobre a parte fixa dos subsídios dos parlamentares e a fixação de salários iguais para deputados e senadores.

FINANÇAS PÚBLICAS — Será criada uma comissão mista e permanente do Congresso Nacional para fiscalizar a execução de projetos que não tenham sido previstos quando da aprovação da proposta orçamentária. A União não poderá gastar mais de 65 por cento do Orçamento com o pagamento do funcionalismo público. A União deverá apresentar três orçamentos ao Congresso: o plurianual, uma previsão de investimentos para as empresas públicas e os investimentos previstos para a área social.

DEFESA DO ESTADO — As Forças Armadas terão a missão de zelar pela segurança externa e manutenção da lei e da ordem constitucionais. Os militares continuam subor-

dinados ao Presidente da República que, como Chefe Supremo das Forças Armadas, será o único responsável por qualquer ação militar. São mantidos os Estados de Defesa e Sítio. A adoção dessas medidas será comunicada ao Congresso Nacional que fiscalizará todas as ações policiais destinadas a manter a ordem pública. Durante a vigência das salvaguardas, a Constituição não poderá ser emendada. As Polícias Militar, Civil e Federal, além das Guardas Municipais, ficarão subordinadas diretamente ao Poder Executivo respectivo.

COMUNICAÇÃO — As concessões para o funcionamento das emissoras de rádio e televisão continuam a ser de competência do Poder Executivo. O Legislativo, entretanto, terá poder de veto. Mas somente uma decisão judicial poderá passar o funcionamento de uma emissora, depois que o proprietário houver recebido a concessão. Fica criado o Conselho de Comunicação, como órgão auxiliar do Legislativo.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS — Fica assegurada a anistia para os militares cassados por motivos políticos como estabeleceu a Emenda Constitucional número 26/85. A nova proposta apenas amplia os direitos aos cabos, sargentos e soldados já anistiados por aquela proposição.

Aposentadoria deverá ser paga sobre média dos últimos 36 meses

BRASÍLIA — A fixação do valor da aposentadoria com base na média salarial dos últimos 36 meses de trabalho, corrigida mensalmente, deverá ser a fórmula adotada no substitutivo do Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM). O texto do relatório anterior assegurava a aposentadoria com proventos iguais à maior remuneração dos últimos doze meses de serviço. Esta foi uma das principais decisões da reunião da cúpula da Comissão de Sistematização, ontem.

Muita discussão provocou a alteração do artigo do anteprojeto aprovado preliminarmente, resultado dos trabalhos das Comissões temáticas, determinando que nenhum benefício previdenciário mensal será inferior a um salário mínimo. Um dos participantes da reunião argumentou que sua aplicação corresponderá a despesas de Cz\$ 40 bilhões ao ano.

Este pontos foram discutidos à tarde, quando os relatores adjuntos voltaram a tratar do problema da Seguridade Social. O Senador

Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), um dos adjuntos, informou que os descontos para Sesc, Sesi, Senai e Senac serão mantidos. Os trabalhadores, porém, participarão do controle, através de um Conselho Consultivo.

Segundo Fernando Henrique, o capítulo da Saúde será igual ao do projeto “Hércules”. Falta, porém, definir como ficará a Saúde no capítulo da Seguridade, pois ela requer um fundo próprio, de acordo com as propostas dos “progressistas”. O Senador disse também que ainda não foram fixados os recursos para a Seguridade. O Deputado José Serra (PMDB-SP) afirmou que não poderão vir do Finsocial, já que o Ministério da Reforma Agrária consome 50 por cento destes recursos, enquanto que a Educação fica com 30 por cento. José Serra acrescentou que há uma dúvida se os recursos serão oriundos de contribuições definidas em lei, ou se o substitutivo vai listar a origem de todas as contribuições.